



UFSM

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO
NA ESCOLA REGULAR. E AGORA?**

Artigo Monográfico de Especialização

LUCIANE TAVARES PINHEIRO

PELOTAS, RS, Brasil

2010

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO NA ESCOLA REGULAR. E AGORA?

Por

LUCIANE TAVARES PINHEIRO

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora Profa. Ms. Taís Guareschi

**PELOTAS, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO NA
ESCOLA REGULAR. E AGORA?

elaborado por

LUCIANE TAVARES PINHEIRO

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Ms. Taís Guareschi
(Presidente/Orientador)

Professor Ms. Edilson de Souza

Professora Esp. Denise Medina Fidler

PELOTAS, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO NA ESCOLA REGULAR. E AGORA?

AUTOR: Luciane Tavares Pinheiro
ORIENTADORA: Tais Guareschi
Pelotas, 2010

O presente trabalho de pesquisa procura refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas em uma escola de ensino fundamental, da rede pública municipal, com os alunos que apresentam déficit cognitivo. Os dados obtidos durante as entrevistas foram agrupados em cinco eixos temáticos: o que os professores sabem a respeito da inclusão; que fatores são mais relevantes para que o aluno com déficit cognitivo aprenda; práticas pedagógicas e inclusão; adaptações curriculares; e desafio da inclusão e responsabilidades. As experiências aqui relatadas permitiram analisar se a inclusão de alunos com déficit cognitivo na escola pesquisada está proporcionando aos professores mudanças e dando novos significados à sua prática docente e também se esses educadores estão buscando diferentes estratégias, ao promoverem adaptações curriculares propondo-se a uma educação que contemple todos os alunos. Com certeza, aqueles que esperam um “receituário” para o trabalho com alunos que apresentam déficit cognitivo se decepcionarão. No entanto, os que procuram um ponto de partida para buscar algumas respostas às suas indagações sobre a prática pedagógica na inclusão, terão uma ótima oportunidade de conhecer as tentativas de erros e acertos de professores comprometidos em fazer uma educação de qualidade na diversidade.

Palavras- chave : inclusão, escola, déficit cognitivo, pedagogia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	05
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	07
3. REFERENCIAL TEÒRICO.....	09
3.1 O que os professores sabem a respeito da inclusão ?.....	12
3.2 Que fatores são mais relevantes para que os alunos com Déficit Cognitivo aprenda ?	13
3.3 Práticas Pedagógicas e Inclusão	15
3.4 Adaptações Curriculares.....	17
3.5 Desafios da Inclusão e Responsabilidades	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
5. REFERÊNCIAS	25
6. ANEXO – roteiro de entrevistas	27

1. APRESENTAÇÃO

“O que mata o jardim não é o abandono... O que mata um jardim é esse olhar vazio de quem por ele passa indiferente”.

Mário Quintana

O aumento do número de crianças que apresentam algum tipo de deficiência na educação básica faz parte do movimento mundial pela inclusão. Mas se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos, também lança novos desafios para instituições, professores e sociedade. O Paradigma da inclusão trouxe várias reflexões acerca da Educação Inclusiva, tais como: quais referenciais teóricos utilizarmos, que compreensão temos sobre as diferentes deficiências, quais alternativas e propostas sobre o ensinar e aprender contribuirão para a inclusão na sala de aula e para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A educação inclusiva propõe “ressignificar o papel da escola com professores, pais, comunidades, instalando no seu cotidiano formas mais solidárias e plurais de convivência. “É a escola que tem que mudar, e não os alunos para terem direito a ela!” (MANTOAN, 2003, p.8). Não cabe apenas ao professor a decisão com relação ao processo de aprendizagem mais adequado aos alunos. Essa é uma ação coletiva que envolve toda a comunidade escolar, na busca de uma educação que favoreça a diversidade através de práticas inclusivas efetivas.

O presente trabalho de pesquisa desenvolvido junto a professores de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Pelotas - RS procura refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos que apresentam déficit cognitivo incluídos em turmas regulares.

Mais do que um simples levantamento e descrição das práticas pedagógicas escolares, este trabalho nos possibilita compreender o que efetivamente acontece no interior da escola e da sala de aula. O professor, através da sua palavra e principalmente através de seus depoimentos, nos permite entender seus desafios, preocupações, esperanças.

Assim sendo, essa pesquisa tem como objetivo analisar as mudanças/ressignificações que a inclusão de alunos com déficit cognitivo está gerando na prática pedagógica dos professores desta escola da rede pública de Pelotas-RS, tendo em vista os pressupostos da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Com base nesse objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos, acreditando que possam promover reflexões acerca da inclusão, sua representação simbólica em nós educadores:

- Analisar as mudanças/ ressignificações que os professores estão percebendo em sua prática a partir da inclusão de alunos com déficit cognitivo na sala de aula.
- Investigar de que forma estão sendo realizadas as adaptações curriculares a partir da inclusão de alunos com déficit cognitivo no ensino regular.

Com isso, irá surgindo, diante de nós, uma visão sobre o professor mais próxima do que efetivamente ele é, ou seja, uma pessoa com suas dúvidas, com suas contradições, com suas hesitações, seus preconceitos, suas desesperanças e esperanças, com seus esforços para cumprir, de forma cada vez mais competente, o seu papel como formador de novas gerações.

A seguir, faço uma breve explanação de como este trabalho está organizado. No capítulo intitulado Caminho da Investigação, apresento os dados obtidos através de entrevistas com professores, que me permitem mostrar como estes vêm se organizando para atender aos alunos com déficit cognitivo na escola pesquisada. No capítulo seguinte denominado Referencial Teórico, faço a articulação entre os teóricos que discorrem sobre a educação inclusiva com os dados coletados na entrevista. A última parte do trabalho refere-se às considerações finais, em que destaco a importância deste estudo para viabilizar uma proposta político pedagógica na diversidade, promotora de acesso ao reconhecimento dos direitos e deveres dos sujeitos da aprendizagem.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

“Conhecer as manhas e as manhãs, O sabor das massas e das maçãs, É preciso amor pra poder pulsar, É preciso paz pra poder sorrir, É preciso chuva para florir.”

Trecho da música “Tocando em frente” de Almir Sater e Renato Teixeira.

A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo foi de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa busca respostas para perguntas que destacam o modo como as experiências educacionais, pedagógicas e sociais no contexto das instituições educacionais acontecem, pois o papel da pesquisa qualitativa é criar e atribuir significados aos fatos, fenômenos e acontecimentos.

Trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2003, P.18)

Para a elaboração deste estudo realizei a pesquisa na própria escola em que trabalho como professora de Atendimento Educacional Especializado. Foram entrevistados oito professores de ambos os sexos de pré-escola à 8ª série do Ensino Fundamental. Todas as entrevistas foram individuais, gravadas e depois transcritas textualmente. Utilizei para tanto um questionário com um roteiro pré-determinado, porém a partir das colocações dos professores durante a entrevista, fui formulando perguntas e/ou tecendo comentários para esclarecer ou aprofundar determinado ponto. Todos os professores entrevistados trabalham em turmas regulares com alunos com déficit cognitivo em sala de aula, sendo que esses alunos frequentam o AEE em sala de recursos multifuncionais na própria escola.

O Atendimento Educacional Especializado tem por objetivo acompanhar e promover a qualificação da aprendizagem do educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular; propiciar situações de aprendizagem que busquem sanar ou minimizar as dificuldades do aluno incluído na rede regular; atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ao currículo e a sua interação no

grupo; articular com gestores e professores para que o Projeto Político Pedagógico da escola se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Posteriormente, cada entrevista foi analisada para separação e análise dos temas levantados. Vale ressaltar que como meu interesse era a visão que os professores tinham sobre si mesmos, sobre seus alunos com déficit cognitivo, e sua prática pedagógica, essa em consonância ou não com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, não foi usada nenhuma outra fonte de informação a não ser os depoimentos prestados durante as entrevistas e a articulação dos mesmos com referenciais teóricos que embasam o trabalho.

Um aspecto bastante significativo é que a entrevista não foi vista apenas como uma situação de coleta de dados, mas sim como uma oportunidade de questionamento e reflexão sobre o trabalho que está sendo desenvolvido na escola, tanto para os entrevistados como para a própria pesquisadora. Com esse enfoque propõe-se o pensar sobre a prática pedagógica dos professores com os alunos com déficit cognitivo. Ou seja, procura-se investigar o que efetivamente os professores fazem e consideram importante nas suas salas de aula, para que os alunos incluídos em turmas regulares não sejam meros espectadores, mas sim sujeitos aprendentes que se beneficiam dos saberes e dos processos de aprendizagem desenvolvidos na escola. Desejar que todos aprendam igualmente é uma tarefa impossível. Penso que essa compreensão possibilita uma educação que respeita os ritmos e as potencialidades de cada sujeito, e também serve para se refletir sobre quais processos pedagógicos garantem a melhoria da qualidade do ensino na escola.

Cabe ressaltar que a escola pesquisada define em seu Projeto Político Pedagógico que “a escola deve ser um espaço pedagógico de discussão, pois no confronto persistente entre as diferentes visões de mundo e projetos de escola, é que será possível produzir um ensino de qualidade, essencial a vinculação da mesma com as questões sociais e com a democracia, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar” (2010, p.1). Assim, essa pesquisa se propõe a ser mais um instrumento de reflexão com o objetivo de contribuir para a qualificação do trabalho desenvolvido.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Inclusiva não surgiu ao acaso, ela é fruto de intensos debates no intuito de garantir em lei direitos sociais e humanitários. Com frequência temos observado em um grande número de documentos – leis, políticas educacionais, declarações, pareceres, etc. – uma grande preocupação com os caminhos que a educação deve tomar em nosso país. Muito também se tem discutido sobre as possibilidades e alternativas para a efetivação de uma prática educativa comprometida com a inclusão.

Sendo assim, a escola deveria estar recriando suas práticas, mudando suas concepções, revendo seu papel, reconhecendo e valorizando as diferenças. No que diz respeito à educação inclusiva é possível observar reflexões sobre seu significado e suas práticas. Essas orientações podem ser observadas em vários documentos oficiais, com se vê na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que traz orientações sobre a organização das escolas, dos sistemas de ensino, do trabalho docente e dos currículos.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial (BRASIL, 2008, p.8).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que

implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o Atendimento Educacional Especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Os alicerces da inclusão estão apoiados em alguns princípios básicos, em que o aprendizado e o ensino são pertinentes a todos, não permitindo nenhum modelo de isolamento e/ou segregação. A diferença é, pois, o conceito que se impõe para que possamos defender a tese de uma escola para todos. São as diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que nos enriquecem e que clareiam o nosso entendimento. Entre as ações necessárias na promoção de uma educação inclusiva está a formação de professores na direção da diversidade. Mantoan considera que:

O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença (2003, p.32).

Dessa forma, a consciência de nossos limites confere a certeza da capacidade de reconhecer até onde sabemos, o que podemos fazer, como e quando. Devemos ter conhecimento de onde e de quem pode colaborar com nossas propostas, idéias e na resolução de nossas dúvidas, que são progressivas. Partindo-se do princípio de que em qualquer proposta pedagógica para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, deve haver um educador comprometido com o paradigma da inclusão e com seus alunos e pré-disposto a iniciar o seu trabalho a partir das condições existentes, oferecendo as oportunidades necessárias a uma educação para todos. Para tanto é fundamental repensar a formação do professor, uma vez que ele é o construtor de uma prática que atenda às necessidades dos alunos e contribua para o desenvolvimento social e cognitivo dos mesmos.

Acredito, também, que esta transformação das práticas pedagógicas não pode se dar através de um modelo externo, determinado de fora para dentro das

escolas. Quem melhor pode direcionar as mudanças para uma prática inclusiva não são os especialistas – quer sejam representantes da secretaria de educação, quer sejam pesquisadores das universidades, representantes do MEC, etc. Quem melhor pode indicar as dificuldades, necessidades e perspectivas dos alunos com dificuldades educativas especiais são, ao contrário, os elementos internos, aqueles que participam e constroem seu dia a dia, ou seja, os professores das escolas que tem alunos incluídos em turmas regulares.

Partindo deste argumento, o objetivo do presente trabalho foi, a partir dos depoimentos prestados, responder às seguintes questões que aqui estão colocadas na forma de subtítulos e que a meu ver permeiam o cotidiano das escolas. Na leitura das falas dos entrevistados, as respostas indicaram o que pensam e o que fazem os professores em uma escola inclusiva diante de alunos que apresentam déficit cognitivo. Entende-se aqui o aluno com déficit cognitivo como aquele que apresenta uma diminuição na sua capacidade intelectual, e que se diferencia das pessoas sem deficiência muito mais pelo ritmo de construção das estruturas do conhecimento do que pela forma como conseguem evoluir intelectualmente. Nas palavras de Mantoan (1997, p.57):

Não existe uma diferença estrutural no desenvolvimento cognitivo de pessoas deficientes e, embora existam lentidões significativas no desenvolvimento intelectual, a inteligência de pessoas deficientes, tanto quanto a inteligência de qualquer pessoa, possui plasticidade, o que faz com que sejam capazes de evoluir, manter estáveis suas aquisições intelectuais, assim como generalizá-las para uma gama considerável de atividades.

O aluno com déficit cognitivo desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola muitas vezes espera dele. As outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no motivo de sua urgente transformação, ou seja, considerar a aprendizagem e a construção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual e intransferível do aprendiz, que não cabe em modelos idealizados. O aluno com déficit cognitivo tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que adotam um modelo conservador de ensino, homogeneizador e competitivo.

Segundo Nóvoa (2007, p.30):

A educação para todos só faz sentido caso se traduza na aprendizagem de todos. Um professor deve respeitar as diversas comunidades e culturas, sem esquecer, no entanto, que a sua finalidade é conseguir que as crianças ultrapassem as fronteiras que, tantas vezes, lhes foram traçadas como destino pelo nascimento, pela família ou pela sociedade.

Um professor não pode resignar-se ao fatalismo do insucesso escolar. São os mais desprotegidos que necessitam de mais e do melhor da escola e da sociedade. Dessa forma, cabe ressaltar a importância que este estudo tem como forma de pensarmos uma escola para todos, solidária, que acolhe as diferenças, e que nos permite uma revisão de nossos princípios e práticas pedagógicas. Pretendo, assim, a partir da análise das falas dos entrevistados chegar a uma maior compreensão do que acontece no interior da escola. Sob esta perspectiva, discutirei a seguir, as principais questões abordadas pelos professores no que diz respeito ao cotidiano escolar, enfatizando aspectos relacionados à prática de cada um dos entrevistados.

3.1 - O que os professores sabem a respeito da inclusão?

Uma das constatações mais significativas deste estudo foi verificar o que os professores sabiam a respeito da inclusão, com a implantação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Constatou-se na fala dos professores a idéia de que a inclusão é um direito de todos os alunos e um grande desafio para a escola. “Eu sei pouca coisa, que a escola na realidade é um direito de todos, independentemente de cor, credo, deficiência. Cada pessoa tem os seus direitos e estas devem se desenvolver dentro das suas limitações” (V, professora da pré-escola). Outra professora afirma que “Eu vejo a inclusão como um processo de aprendizagem, um desafio, já que se trata de um novo paradigma de pensamento e ação. A inclusão é na verdade compartilhar saberes”. (L, professora de currículo por atividades). Diante destas afirmações, diversidade e diferenças constituem uma riqueza de recursos para a aprendizagem na sala de aula, na escola e na vida.

Entretanto, os educadores pesquisados, por inúmeras razões, tem pouco conhecimento e contato com os documentos subsidiários a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Essa constatação é explicitada na fala de uma das entrevistadas “Não tenho conhecimento teórico a respeito das políticas públicas de Educação Inclusiva, meu

conhecimento é apenas o que surge no cotidiano escolar. Sei, no entanto, que a Educação Inclusiva visa inserir o estudante portador de necessidades especiais no convívio com todos, não apenas com portadores de necessidades. Além disso, pretende desfazer a idéia de que pessoas diferentes não podem ser vistas como normais” (C, professora do currículo por área).

Uma escola que se quer para todos e se orgulha dessa abertura política, ao convocar todos os alunos, está também recebendo tudo o que pode estar associado a ela: violência, pobreza, desorganização familiar, deficiências de toda a natureza, desinteresses e todo o preconceito associado a essas mazelas. Mazzota (1993) nos diz que a responsabilidade partilhada e a remoção de rótulos é que faz da educação de um indivíduo com necessidades educacionais especiais um momento de transformação e diversificação de oportunidades:

Desta forma, são as necessidades educacionais individuais, globalmente consideradas, confrontadas com os serviços educacionais existentes na comunidade, que devem subsidiar a definição da via ou dos recursos a serem utilizados para a educação de qualquer pessoa, e não a categoria, o rótulo, o estigma de deficiente, com as negativas e perniciosas conseqüências de sua generalização (MAZZOTA, 1993, p.19).

Observa-se na atual conjuntura, um momento de consolidação pelo direito à diferença, mas apesar de toda a legislação afirmativa acerca da inclusão ainda existe muito que fazer. Na escola que se quer para todos é permitido ter dificuldades, só não se pode renunciar à busca de uma solução, de uma convivência ou de uma gestão dessas dificuldades. Embora acreditando na escola inclusiva como um ideal a ser perseguido, segundo os professores, a “inclusão legal” garante apenas uma inclusão física, mas não ainda uma inclusão educacional, uma inclusão na aprendizagem. Este posicionamento aparece no próximo item, que trata dos fatores que os professores consideram mais relevantes para que o aluno com déficit cognitivo aprenda.

3.2 - Que fatores são mais relevantes para que o aluno com déficit cognitivo aprenda?

Na fala de muitos professores entrevistados fica claro que o primeiro passo já foi dado que é o de reconhecer o direito de todos indistintamente a ter acesso a uma educação de qualidade. O pressuposto básico da educação inclusiva é o

reconhecimento das diferenças nas características e no desenvolvimento do processo de aprendizagem de todos os alunos, tendo por objetivo eliminar a discriminação e a exclusão, para garantir o direito à igualdade de oportunidades e à diferença.

A igualdade diz respeito aos direitos humanos e não às características das pessoas, enquanto seres que sentem, pensam e apresentam necessidades diferenciadas e que, por direito de cidadania, devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências biopsicossociais individuais. Em decorrência, fazem jus à equiparação de oportunidades de acesso, ingresso e permanência, com êxito, na escola, buscando-se ultrapassar seus limites, até porque desconhecemos a extensão da potencialidade humana! (CARVALHO, 2004, p.17.)

Conforme a fala de uma das entrevistadas é preciso “integrar e socializar esse aluno no grupo, pois é importante que ele seja aceito e tenha a colaboração dos outros alunos” (V, professora da pré-escola).

Outro dado relevante apontado na pesquisa diz respeito ao fato de os professores terem que aprender a lidar com o próprio preconceito “a primeira coisa para que o aluno com déficit cognitivo aprenda é o professor querer aquele aluno com déficit cognitivo na sala” (E, professora do currículo por atividades). O primeiro passo para combater a intolerância é aceitar que ela existe e a escola, portanto, é um local essencial para se combater o preconceito.

Conforme Carvalho (2004, p.34):

Uma nova ética se impõe, conferindo a todos igualdade de valor, igualdade de direitos – particularmente os de equidade - e a necessidade de superação de qualquer forma de discriminação por questões étnicas, sócio-econômicas, de gênero, de classes sociais ou de peculiaridades individuais mais diferenciadas.

Outro fator apontado pelos professores entrevistados diz respeito à proposta pedagógica que deve ser otimizada e pensada para que todos os alunos consigam aprender. “Procuro trabalhar com uma metodologia diferenciada, realizando trabalhos em grupo, relacionando os conteúdos com a vida dos alunos, utilizando material concreto. Isso é necessário para todos, mas principalmente para os alunos com déficit cognitivo, pois ele tem que ver sentido no que está aprendendo” (R, professora do currículo por atividades). Também foi apontada a importância de o professor ter conhecimento de como se processa a aprendizagem “é preciso conhecer a estrutura cognitiva dos alunos, reconhecer as suas capacidades e

dificuldades, procurando compreender os alunos, para que os trabalhos propostos tragam aprendizado” (J, professor do currículo por área). A escola só ensina todos quando fica atenta à necessidade de respeitar o ritmo e observar as capacidades de cada um, em vez de enfatizar as limitações.

De modo geral, uma idéia predominante é a de que o aluno com déficit cognitivo não tem recursos suficientes para desenvolver habilidades e competências. Entretanto, nosso trabalho no AEE com esses alunos nos diz que ele precisa de uma variedade de experiências enriquecedoras de aprendizagem que estimulem o seu desenvolvimento e favoreçam a realização plena de seu potencial.

É importante destacar a relevância de se preparar o aluno com déficit cognitivo para a definição e a solução de problemas, produzindo conhecimento por meio de práticas que envolvam o pensamento crítico e criativo, paralelamente ao desenvolvimento de um conjunto de traços de personalidade, como persistência, autoconfiança e independência de pensamento. Ressalto, ainda que as necessidades do aluno com déficit cognitivo, a serem levadas em conta nas propostas educacionais, passam não apenas pelas áreas cognitiva e acadêmica, mas também pela afetiva e social.

3.3 - Práticas Pedagógicas e Inclusão

A partir do reconhecimento das diferenças entre os alunos na escola é necessário construir políticas e práticas pedagógicas e curriculares nas quais a diversidade é uma dimensão constitutiva do currículo, do planejamento das ações, das relações estabelecidas na escola. Dessa forma os professores são desafiados a rever seus planejamentos e práticas pedagógicas para enxergar a todos os alunos como sujeitos singulares, cada um com seu estilo de aprender. De acordo com Arroyo (2006, p.54) "os educandos nunca foram esquecidos nas propostas curriculares; a questão é com que tipo de olhar eles foram e são vistos".

Apesar de a inclusão estar colocada como fato e direito dos educandos, os educadores ainda estão agindo, planejando, organizando o currículo como se os alunos fossem um bloco homogêneo, ou seja, um único tipo de aluno. Essa constatação deve ser considerada quando se propõe definir práticas pedagógicas de

inclusão. Diante disso é importante destacar o que pensa uma das professoras entrevistadas: “Foi necessário mudar muitas coisas em minha prática pedagógica, adaptar conteúdos, mudar a maneira de trabalhar, para que todos pudessem ter acesso a uma educação de qualidade, pois devemos acreditar que toda a criança pode aprender, no seu tempo, do seu jeito e a partir daí explorar suas potencialidades” (L, professora do currículo por atividades).

Fica evidente nas falas dos professores que participaram da pesquisa, que vivemos uma época de contradições e conflitos, porém aos poucos, vem crescendo o número de professores sensíveis à inclusão. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações de transformação das práticas pedagógicas em práticas inclusivas, democráticas e abertas à diversidade. “Mesmo tendo pouca experiência profissional, observo que é necessário fazer adaptações curriculares, pois tem aqueles alunos, que não conseguem abstrair, porém ele pode desenvolver seu raciocínio lógico, com atividades importantes para a vida dele” (L, professor do currículo por área). Outra professora apresenta a seguinte questão “percebo que tenho que ser mais ativa, dar mais atenção ao que eu planejo e por vezes fazer atividades diferenciadas respeitando os limites dos alunos com déficit cognitivo. Isso acaba trazendo mudanças na nossa prática, o que nos leva a prestar atenção em como esses alunos aprendem” (S, professora do currículo por área).

Conforme se observa nas falas dos professores que participaram da pesquisa, estes têm a noção de que as mudanças necessárias na prática pedagógica, vão desde o reconhecimento de que é preciso buscar um equilíbrio entre um ritmo que garanta a aprendizagem e um que mantenha interesse e entusiasmo dos alunos pelos assuntos tratados. Os professores reconhecem também a necessidade de estabelecer ligações dos conteúdos com as experiências dos alunos, sendo estes relevantes para a vida cotidiana dos mesmos. Também se utilizam de recursos concretos, visto que esses alunos possuem dificuldade para compreender conceitos abstratos e uma variedade de experiências concretas os ajudará. Inclusive verificamos, em muitos casos, a necessidade de um planejamento que dê conta de desenvolver nos alunos com déficit cognitivo habilidades sociais, de cuidados pessoais e autonomia.

Percebem-se na escola muitas dificuldades nos professores em ultrapassar suas limitações, inclusive, dificuldade em rever o nosso paradigma curricular, pois ainda estão muito presos à rigidez de conteúdos pré-estabelecidos para esta e aquela série e, também à forma fragmentada de como o conhecimento escolar e o currículo ainda são tratados. “Ter alunos com déficit cognitivo na sala de aula, é uma experiência muito rica, tu aprendes muito. Mas é desgastante e também sacrificante. Percebo que é preciso sim haver mudanças na prática pedagógica, sair da mesmice, do achismo, procurar novas metodologias, se desprender da obrigatoriedade de vencer conteúdos” (R, professora do currículo por atividades).

Quando os professores falam das dificuldades, percebemos que a educação inclusiva envolve, pois, a reestruturação do processo de formação de professores. Não requer professores especialistas em alunos com deficiências; ela solicita professores preparados para lidar com a diversidade, com todos os alunos. A incorporação da diversidade no currículo deve ser vista como um direito. Um direito garantido a todos e não somente àqueles que são considerados diferentes. Conviver com a diferença é construir relações que se pautem no respeito, na igualdade social e na igualdade de oportunidades para o aprender.

Mas como o conhecimento escolar poderá contribuir para o pleno desenvolvimento dos alunos com déficit cognitivo? Penso que não se trata de negar a importância do conhecimento escolar, mas de abolir o equívoco histórico da escola e da educação de ter como foco prioritário os “conteúdos” e não os sujeitos do processo educativo.

Somente com reflexão e análises críticas da sua prática, calcadas em alguns referenciais teórico-metodológicos, é que os professores poderão reconstruir suas práticas pedagógicas para otimizar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com déficit cognitivo.

3.4 - Adaptações Curriculares

Quando um professor decide fazer adaptações curriculares tendo em vista a aprendizagem de todos os alunos, dentre eles os alunos com déficit cognitivo, as diferenças são aproveitadas para enriquecer o processo em que o aluno é sujeito de sua própria aprendizagem.

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos (BRASIL, 2006, P.61).

As diferenças no desenvolvimento de cada criança também são respeitadas, e a aprendizagem cooperativa assume um papel de destaque, através da ação e interação desse aluno com seus pares e com os adultos. Entendo por adaptações curriculares, um currículo centrado na criança e em sua vida, em que o tempo de cada criança é respeitado, partindo daquilo que ela já sabe e, portanto é significativo para ela.

A concepção de Vygotsky sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizado, estabelece forte ligação entre o processo de desenvolvimento e a relação do indivíduo com seu ambiente sócio-cultural e com sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie (OLIVEIRA, 1997, p. 61).

O professor nessa perspectiva está pronto a modificar as atividades do seu programa de acordo com as necessidades individuais e do grupo. Pude observar que os professores tem consciência da necessidade de mudar em muitos casos, sua proposta pedagógica. Em seus relatos, verifiquei que observam a necessidade de adaptações tendo em vista a qualificação da aprendizagem e o respeito aos diferentes ritmos.

De acordo com a fala da professora “Sim preciso fazer algumas adaptações curriculares para esses alunos em função de que cada um tem seu limite e é preciso respeitá-los. Mesmo que a gente fale em inclusão, eu acho que eles têm que fazer tudo o que os outros fazem, mas o professor tem que ter um olhar diferente para o mesmo conteúdo, porém com atividades diferenciadas, até com nível de exigência talvez diferenciado, porque eles podem render até certo momento e a gente tem que avaliar no que ele conseguiu avançar”, (S, professora do currículo por área).

Em outro relato fica explícita a necessidade de adaptações, “É necessário sim, mudar tua metodologia, teus conteúdos, tua avaliação, descobrir uma maneira para que esses alunos se apropriem do conhecimento. Mudar em primeiro lugar a tua visão, porque ele não é igual aos outros, pois ele pode se apropriar de algumas coisas, através de jogos, brincadeiras, uso do computador, pois cada um tem seu tempo e também suas limitações. Mas eu continuo com uma eterna dúvida: até que ponto eu posso exigir deles? Eu acho que essa resposta só o aluno pode me responder, no dia-a-dia de sala de aula, pois cada aluno tem o seu tempo, mesmo os que não têm déficit cognitivo”, (R, professora do currículo por atividades).

Observo através desses relatos a necessidade de um trabalho com uma abordagem humanística, democrática que percebe cada aluno como único, com possibilidades para aprender.

Como bem disse Oliveira (1997, p.62):

Para Vygotsky, o único bom ensino, é aquele que se adianta ao desenvolvimento. Os procedimentos regulares que ocorrem na escola - demonstração, assistência, fornecimento de pistas, instruções - são fundamentais na promoção do “bom ensino”. Isto é, a criança não tem condições de percorrer, sozinha, o caminho do aprendizado. A intervenção de outras pessoas - que, no caso específico da escola, são o professor e as demais crianças - é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo.

Certamente, cada aluno requer diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso ao conhecimento socialmente construído. Entretanto, essas estratégias não devem ser pensadas como medidas compensatórias, e sim como parte de um projeto educativo orientado por relações de acolhimento e de aceitação das diferenças individuais. “Não se trata aqui de subestimar, facilitar os conteúdos em função do déficit que a criança apresenta, e sim, torná-los mais acessíveis, seja utilizando recursos diferentes, por exemplo, um filme, revistas, etc., seja utilizando metodologias diferentes, trabalhos em duplas, com consulta”, (C, professora do currículo por área).

Na verdade, a escola pesquisada procura atender a diversidade de alunos que lá estão, trazer a preocupação de se dar a todos o devido tempo de aprender, conviver, formar-se, ou seja, tem como critério na sua organização, a reflexão da sua estrutura curricular, assim como da sua organização temporal. Podemos dizer

que as práticas para uma educação inclusiva ainda estão em construção, com maior ou menor amplitude, dependendo muito ainda da postura mais ou menos comprometida dos professores com as políticas de inclusão.

Nesse sentido, o debate sobre inclusão de crianças com déficit cognitivo revela que não basta apenas a inclusão física dessas crianças na escola. Há também a necessidade de uma mudança de lógica, da postura pedagógica, da organização dos tempos e espaços da escola e do currículo escolar para que a educação inclusiva cumpra seu objetivo educativo.

3.5 - Desafio da Inclusão e responsabilidades

Com relação à percepção de que a inclusão não é só responsabilidade do professor. Os docentes entrevistados declararam que a escola se diz e procura ser inclusiva. “No caso da nossa escola, vejo que ela está bem envolvida nesse processo, e a Secretaria Municipal de Educação (SME) deveria oferecer cursos nas diferentes áreas do conhecimento, por exemplo, reunir os professores de matemática para montar um currículo paralelo, para que o aluno possa aproveitar o que é trabalhado e assim aprender. Muitas vezes o aluno chega, não entende o conteúdo dado, e aí ele se sente desvalorizado” (L, professor do currículo por área). A fala desse professor demonstra que a escola procura cada vez mais defender a inclusão: “penso que a inclusão não é só responsabilidade do professor, mas se o professor aceitar esse aluno já é meio caminho andado. A escola em que trabalho é muito comprometida, defende que a inclusão é necessária e que esses alunos têm condições de conviver com as crianças sem déficit cognitivo e aprender sim!” (R, professora do currículo por atividades).

Os professores apontaram, também, a necessidade de uma maior articulação entre a escola e a Secretaria Municipal de Educação. Nas palavras de um entrevistado: “A Secretaria Municipal de Educação deixa a desejar, deveria investir na formação do professor, em qualificá-lo para que tenha uma base para trabalhar com esses alunos. Os cursos que a SME oferece são muito teóricos, penso que poderiam oferecer oficinas, com os professores demonstrando seus trabalhos com esses alunos, trocando experiências e contribuindo com a prática de seus colegas.” (R, professora do currículo por atividades).

Nessa outra declaração, a entrevistada considerou que deveria ocorrer a formação de professores para a inclusão, colocou-se como exemplo, relatando a importância de participar de seminários, palestras, visto que ela própria não fez nenhum tipo de curso. Disse ela: “o desafio da inclusão não é só responsabilidade do professor mesmo, e falta qualificação para os professores. Da maneira que a inclusão foi imposta, não estamos preparados para atender esses alunos de modo geral. Trabalho em uma escola que tem uma visão de inclusão bastante forte, embora eu ache que não sou capacitada para trabalhar com essas diferenças que a gente acaba tendo na turma. Acho que de repente a SME poderia oferecer mais palestras, cursos e disponibilizar carga horária para os professores irem se qualificar e entender mais sobre inclusão, assim como conversar sobre os casos de inclusão na escola” (S, professora do currículo por área).

Foi possível perceber o quanto a escola enquanto espaço coletivo deve estar articulada com os professores para que se tenha sucesso com a inclusão. Assim, entendemos que, a formação para a diversidade deve contemplar toda a comunidade escolar. Ilustram esse entendimento, os comentários desses professores: “A escola deve fazer mais reuniões com todos os que trabalham com esse aluno: merendeiras, monitores, serventes, para que eles saibam também lidar com eles” (E, professora do currículo por atividades). Outra professora diz o seguinte: “Eu recebi todo o apoio na escola, mas ao mesmo tempo, eu vejo algumas dificuldades: falta um apoio mais direcionado, não só na parte pedagógica, mas também um apoio psicológico para nós professores. Às vezes em determinados momentos me senti muito angustiada e não tinha com quem compartilhar. Senti-me muito insegura principalmente na hora de planejar. Busquei muita informação na internet e também em conversas com as professoras da sala de recursos” (V, professora da pré-escola).

É importante registrar que, um dado marcante nas entrevistas realizadas foi que independente de sua formação, de se sentirem mais ou menos seguros em sua prática, esses professores demonstraram uma necessidade constante de buscar soluções que alterem sua prática educativa e, assim possam garantir aos alunos com déficit cognitivo o direito de aprender.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como um todo é, hoje, tão importante para a educação das crianças quanto à família. Pensar a escola dessa forma é reconhecer que sua função é muito mais, por exemplo, do que ensinar a ler e escrever. Ela prepara a criança para que através do conhecimento, possa questionar a realidade e, coletivamente, viver experiências que reforcem padrões sociais de cooperação e vivência de cidadania.

Um dos aspectos mais destacados no presente estudo foi reafirmar que o professor possui relevante papel para a inclusão de alunos com déficit cognitivo nas escolas regulares. Se ele tiver convicção de que sua proposta de trabalho é significativa e corresponde às necessidades de seus alunos, além de conseguir melhores resultados, estará contribuindo para que o aluno encontre na escola um ambiente adequado, sem discriminações e que lhes proporcione o melhor aprendizado possível. Dessa forma o professor que tem consciência desse papel, e assume um compromisso com a Educação Inclusiva, estará não só promovendo o processo de ensino-aprendizagem, mas auxiliando os alunos a superar as barreiras que os excluem das oportunidades educacionais, sociais e afetivas da comunidade, e os impedem de exercer plenamente sua cidadania.

Levando-se em consideração as transformações necessárias nas práticas educativas dos professores que trabalham com alunos que apresentam déficit cognitivo, não só no aspecto psicossocial, mas, inclusive, para garantir o cumprimento legal com relação às políticas de Educação Inclusiva, foi minha intenção, através deste estudo, resgatar o olhar do professor sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos que apresentam déficit cognitivo incluídos em suas turmas.

Ressalto que não se pode partir para generalizações precipitadas dos dados aqui apresentados, pois os sujeitos participantes da pesquisa constituem um pequeno grupo nesse grande universo de professores que atuam com alunos que apresentam déficit cognitivo. No entanto, pela minha experiência de anos trabalhando com pessoas com necessidades educacionais especiais no

Atendimento Educacional Especializado, considero suas posições bastante representativas.

Gostaria de enfatizar os aspectos mais significativos e tecer algumas observações. Acredito que as experiências aqui relatadas permitem analisar se a inclusão de alunos com déficit cognitivo na escola pesquisada está proporcionando aos professores mudanças e dando novos significados à sua prática docente, se estão buscando diferentes estratégias, inclusive a necessidade de promover adaptações curriculares procurando assim realizar uma educação de qualidade.

Os dados obtidos durante as entrevistas foram agrupados em cinco eixos temáticos: o que os professores sabem a respeito da inclusão; que fatores são mais relevantes para que o aluno com déficit cognitivo aprenda; práticas pedagógicas e inclusão; adaptações curriculares; e desafio da inclusão e responsabilidades. Ficou claro, pelos relatos, que apesar de todas as dificuldades enfrentadas quer sejam o desgaste físico e emocional, a formação acadêmica precária, principalmente com relação à área da Educação Especial, a dificuldade em compreender e encontrar a melhor proposta pedagógica, visto que existe a preocupação de que ao adaptar o currículo assumem o risco de enfatizar as limitações e assim subestimar a capacidade de seus alunos, esses professores reconhecem os direitos dos alunos com déficit cognitivo de estarem freqüentando a escola regular. A questão do reconhecimento de direitos parece-me plenamente examinada por Carvalho (2004, p. 49), quando afirma que:

A acolhida implica uma série de ressignificações na percepção do outro, bem como num conjunto de providências que envolvem, desde os espaços físicos até os espaços simbólicos, ambos propulsores das forças que qualificam a natureza dos laços sociais.

Ressalto a importância de que não existem receitas para atender a cada necessidade educacional de alunos com deficiência. Existem milhares de crianças e adolescentes cujas necessidades são únicas. Assim, espera-se que para o exercício de uma prática pedagógica eficiente, que os professores tomem conhecimento legal e teórico sobre a Educação Inclusiva e sobre como esse aluno aprende e entendam que as adaptações curriculares devem ser garantidas, se necessárias. Carvalho, (2004, p.161) “não as considera como uma versão empobrecida do currículo adotado e, muito menos, que se destinem só e apenas a portadores de deficiência”.

Gostaríamos de apontar que, um dos pontos principais deste trabalho foi resgatar a visão dos professores sobre si mesmos e sobre o seu trabalho, assim como fazer algumas constatações do que acontece dentro da escola. Observa-se nas falas, que os professores do currículo por atividades e do currículo por área pensam a inclusão de forma diferenciada, visto que os professores do currículo por atividades exercem um papel mais ativo na facilitação deste processo. Eles têm mais contato com esses alunos e assim conhecem mais profundamente as limitações e potencialidades deles, e, dentro de suas possibilidades de adaptação, tentam lhes proporcionar o máximo possível de experiências significativas visando abrir caminhos não só no convívio social, mas também na aquisição de conhecimentos. Por outro lado, observou-se nas falas dos professores do currículo por área uma maior preocupação em cumprir os conteúdos acadêmicos e uma forma fragmentada de pensar o currículo. Esses professores demonstram que ainda não conseguem desviar o foco dos conteúdos para os sujeitos do processo educativo.

Não será suficiente incluir as crianças com déficit cognitivo na escola regular se também não realizarmos um processo de reeducação do olhar e das práticas a fim de superar os estereótipos que pairam sobre esses sujeitos, suas histórias, suas potencialidades e vivências. Precisamos sim, de atitudes positivas com relação a esses alunos, bem como de um currículo e de estratégias educacionais desafiadoras para o aluno com déficit cognitivo.

Concluindo, podemos afirmar que nossos desafios não são menores que os das outras escolas que tem alunos com déficit cognitivo incluídos em suas turmas. Porém, após ouvir e refletir sobre os relatos, acredito que estamos saindo do lugar de “queixa” e de impotência, assumindo e fazendo um trabalho na escola de forma a contribuir para a qualidade da educação pública em nosso país.

5. REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Os educandos, seus direitos e o currículo**. In: MOREIRA, A. F. e

ARROYO, M. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.49-81.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. MEC/SEESP, Brasília, 2006.

CARVALHO, E. R. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BIBIANO DE ALMEIDA. **Projeto Político Pedagógico**. Pelotas, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar: eis a questão – explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU. 1993.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. de S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e Qualidade do Ensino**. In: *Revista Aprendizagem*. Pinhais/PR: Melo, nº 2, Ano 1, p. 25-31, 2007.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

6. ANEXO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caro colega, estou fazendo entrevistas, para o trabalho de conclusão do Curso Especialização a Distância em Educação Especial Déficit Cognitivo e Educação de Surdos pela UFSM, na linha de pesquisa práticas pedagógicas e déficit cognitivo. Gostaria que tu falasses sobre tuas experiências, teus alunos, tua prática pedagógica, tuas necessidades e tudo o mais que julgares importante. Para tanto utilizarei um questionário com roteiro pré determinado. Durante a entrevista pode ficar à vontade para tecer comentários, dar sugestões.

Luciane Tavares Pinheiro

Roteiro para entrevista:

- 1) Diante da atual conjuntura, com a implantação da Política Nacional de Educação Inclusiva, o que tu sabes a respeito da inclusão?

- 2) Tu concordas com a inclusão na Escola de alunos com déficit cognitivo? Por quê?

- 3) Que fatores tu consideras mais relevantes para que o aluno com déficit cognitivo aprenda?

- 4) Tu percebes mudanças em tua prática pedagógica a partir da inclusão de alunos com déficit cognitivo? Explique.

- 5) Diante de alunos com déficit cognitivo, no cotidiano da tua prática, precisas fazer adaptações curriculares para esses alunos? De que forma?

- 6) O desafio da inclusão não é só responsabilidade do professor, portanto na tua opinião, como a Escola e a Secretaria Municipal de Educação poderiam se envolver nesse processo?